

política

Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Combate à violência contra a mulher



KAYO MAGALHÃES/AGÊNCIA CÂMARA/JC

A Câmara dos Deputados deu um passo relevante no enfrentamento à violência de gênero ao aprovar o Projeto de Lei 6674/25, que cria o programa “Antes que Aconteça”. A proposta reforça a prevenção como eixo central das políticas públicas e amplia a efetividade das medidas protetivas, com uso de tecnologia e monitoramento eletrônico de agressores. O texto, de autoria do Senado, segue agora para sanção presidencial.

Unindo base governista e oposição

Relatado pela deputada Amanda Gentil (PP-MA), o projeto conseguiu unir base governista e oposição, evidenciando consenso em torno de um tema sensível e urgente: a proteção da vida das mulheres.

Rigor contra agressores

Durante o debate, o deputado federal gaúcho Bibó Nunes (PL) defendeu endurecimento nas punições, e criticou a sensação de impunidade. Para ele: “não basta noticiar crimes, é necessário garantir que os responsáveis sejam exemplarmente punidos”. Segundo o parlamentar, “agressores de mulheres precisam enfrentar o peso máximo da lei”. Bibó também elogiou a iniciativa e destacou a necessidade de agir antes que a violência se concretize, valorizando o caráter preventivo do programa.

Prevenção para salvar vidas

A deputada federal gaúcha Maria do Rosário (PT) enfatizou o alcance social da proposta e a importância da atuação antecipada. Ao citar dados alarmantes do Rio Grande do Sul, com 23 feminicídios registrados em 2026, ela reforçou que a violência pode ser evitada com políticas eficazes.

Evitar tragédias

A parlamentar destacou que muitas vítimas já demonstram sinais de risco ao buscar atendimento em serviços de saúde ou assistência social, mesmo sem registrar ocorrência policial. Para ela, o programa permitirá identificar esses sinais e agir a tempo de evitar tragédias.

Feminicídio um crime evitável

Maria do Rosário também lembrou a criação de uma comissão externa no Congresso para acompanhar casos de feminicídio no Estado, e defendeu a união de esforços institucionais. “O feminicídio é um crime evitável se chegarmos antes que aconteça”, afirmou.

Educação, acolhimento e acesso à proteção

O projeto estabelece uma abordagem ampla, que vai além da repressão. Entre as principais medidas estão: Ações educativas nas escolas, promovendo conscientização e prevenção; Criação das “salas lilás”, espaços de acolhimento em delegacias e órgãos públicos; Serviços itinerantes, com atendimento psicológico, jurídico e social em regiões de difícil acesso; Uso de tecnologia, com monitoramento eletrônico de agressores para garantir o cumprimento de medidas protetivas.

Câmara da Capital avança na votação do Plano Diretor

Além das sessões de segunda e quarta, estão previstas extraordinárias

/ PODER LEGISLATIVO

Bruna Suptitz

politica@jornaldocomercio.com.br

As sessões de quarta-feira e as extraordinárias de quinta-feira da Câmara Municipal de Porto Alegre serão abertas diretamente com a ordem do dia, ou seja, debatendo os projetos de lei.

A medida está valendo desde ontem, quando o presidente da casa, vereador Moisés Barboza (PSDB), recorreu ao regimento interno para sustentar a interpretação de que as manifestações dos líderes de bancadas estão previstas para ocorrer após a discussão da pauta - embora tradicionalmente viessem ocorrendo no início da sessão.

A decisão do presidente gerou insatisfação aos vereadores de oposição, que já haviam se manifestado contrários na reunião do colégio de líderes, no fim da manhã de ontem, e questionaram a medida logo no início da sessão. “Agora vai ser tudo no regimento, hoje foi combinado isso, inclusive os cinco minutos (de fala na tribuna para discussão ou encaminhamento, durante



ELSON SEMPÉ PEDROSO/CMPA/DIVULGAÇÃO/JC

Tema tem provocado debates acalorados no plenário entre os vereadores

a votação), quero publicizar que os líderes aprovaram por unanimidade que esta presidência, ao término de cinco minutos, corte o microfone”, declarou já na mesa diretora.

“Esse não é o nosso entendimento”, reclamou no microfone de aparte a vereadora Juliana de Souza (PT). “Não querem discussão”, acusou da tribuna o vereador Jonas Reis (PT). Ainda assim, a votação seguiu, retomando a apreciação da subemenda 1 à emenda 1 ao projeto do Plano Diretor.

Nas sessões de segunda-feira não será possível ingressar diretamente na ordem do dia, pois o regimento prevê que antecede a Tribuna Popular - momento de manifestação da comunidade -, e Grandes Expedientes - homenagens propostas por vereadores. Nestes dias, requerimento de parlamentares poderá pedir inversão da ordem, o que deverá ser votado.

Até o fechamento desta matéria, 12 emendas haviam sido apreciadas.

Hugo Motta diz que casa decidirá sobre mandatos do PL

/ CONGRESSO NACIONAL

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou ontem que o plenário da casa terá a “palavra final” para decidir sobre a perda de mandato dos deputados federais Josimar Maranhãozinho (PL-MA) e Pastor Gil (PL-MA). Os parlamentares do Partido Liberal foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nesta terça-feira pelo crime de corrup-

ção passiva no caso que apura desvios de emendas parlamentares.

Motta afirmou em coletiva de imprensa que a Câmara irá aguardar o processo transitar em julgado para então pautar a cassação dos mandatos.

“Estamos acompanhando o caso. É importante dizer que o julgamento não foi concluído 100% ontem, ainda temos os embargos que poderão e deverão ser apresentados pelos réus que estão sendo julgados

pelo STF e, ao termos a conclusão desse processo por parte do Supremo, iremos agir de forma regimental”, diz o presidente da Câmara.

Motta afirmou que, após o trânsito em julgado da decisão, o caso será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, posteriormente, levado ao plenário. Segundo ele, caberá aos deputados federais deliberar sobre o tema, com garantia do amplo direito de defesa e respeito às normas regimentais.

CPI do INSS quer investigar empresa de Lulinha

O senador Carlos Viana (Pode-mos-MG), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do INSS, disse ontem que a abertura, por Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de uma empresa na Espanha é mais um ponto que precisa ser esclarecido em relação às atividades do empresário.

A Folha de S.Paulo mostrou que o filho do presidente abriu

em Madri, no dia 13 de janeiro de 2026, uma “empresa de gaveta” chamada de Synapta.

A defesa de Lulinha diz que a empresa na Espanha cumpre as exigências legais e ainda não exerce atividades, tendo sido formalizada visando projetos futuros.

As investigações sobre o INSS apuram informações, relacionadas por uma testemunha, de que o lobista Antonio Carlos Ca-

milo Antunes, o Careca do INSS, suspeito de realizar pagamentos para manter o esquema de fraudes na Previdência, teria repassado valores a Lulinha por meio da empresária Roberta Luchsinger, amiga de sua mulher, Renata de Abreu Moreira.

A defesa de Lulinha admitiu que ele viajou a Portugal, com despesas pagas pelo lobista, para conhecer um projeto de canabidiol.

Editora: Paula Coutinho

politica@jornaldocomercio.com.br